



## O USO DO ATIVISMO URBANO NO DESIGN DE TRANSIÇÕES

### USE OF URBAN ACTIVISM IN TRANSITION DESIGN

**PEREZ, IANA ULIANA, Doutoranda** | UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

**MAGRO JUNIOR, JOSÉ CARLOS, Mestrando** | UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

**MOURA, MÔNICA, Doutora** | UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

**MARTINS, SUZANA B., Doutora** | UEL - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

### RESUMO

Este artigo explora a decolonização do Design de Transições para a Sustentabilidade por meio da aproximação de suas teorias e práticas com o pós-extrativismo e a cosmovisão do Bem Viver. Considerando a relevância da conscientização social para projetos de transição, reflete-se sobre como o ativismo em design pode contribuir no processo de transição para uma sociedade do Bem Viver por meio de intervenções urbanas. Para isso, são analisados os resultados de um projeto de aprendizagem, realizado com estudantes de Design Gráfico, que contou com a parceria de uma das regionais do Mutirão do Bem Viver. O método adotado foi a *Design Based Research* que alia o paradigma da *design science* à área de ensino. Foram apresentados 21 projetos de intervenções urbanas, os quais sugerem diferentes possibilidades a serem exploradas, desde peças gráficas até intervenções complexas, como eventos, ambientação e criação de espaços públicos de interação social e com a natureza. Demonstrando abordagem transdisciplinar, política e cidadã, os resultados contemplam causas contemporâneas (e.g., soberania alimentar, justiça ambiental e social, igualdade de gênero) e revelam processo de subjetivação dos designers, que também se conscientizam ao explorar as possibilidades do ativismo urbano para desencadear processos de transições sistêmicas.

### PALAVRAS-CHAVE

Bem Viver; Decolonização; Ensino; Intervenções urbanas; Sustentabilidade.

### ABSTRACT

*This article explores the decolonization of Design for Sustainability Transitions by approximating its theories and practices with post-extractivism and the cosmovision of Buen Vivir. Considering the relevance of social awareness for transition projects, we reflect on how design activism through urban interventions can contribute to the transition process to a society of Buen Vivir. For this, we analyze the results of a learning project carried out with Graphic Design students, in partnership with one of the Mutirão do Bem Viver local working groups. The method adopted was Design Based Research, which combines the design science paradigm with the education area. Twenty-one urban intervention projects were presented, which suggest different possibilities to be explored, from graphic pieces to complex interventions, such as events, ambiance, and the creation of public spaces for social interaction and with nature. The results contemplate contemporary causes (e.g., food sovereignty, environmental and social justice, gender equality), Demonstrating a transdisciplinary, political, and citizen approach. Furthermore, they reveal designers' subjectivation processes, who also become aware of exploring the possibilities of urban activism trigger processes of systemic transitions.*

### KEY WORDS

*Buen Vivir; Decolonization; Education; Urban Interventions; Sustainability.*

## 1. INTRODUÇÃO

O enfrentamento dos problemas socioambientais contemporâneos exige mudanças sistêmicas e radicais, no sentido de combater suas raízes. Mudanças insulares não são suficientes para lidar com problemas complexos e generalizados provenientes dos sistemas social, econômico e político contemporâneos. No design, muitas abordagens têm emergido nos últimos anos a fim de atualizar as propostas de responsabilidade socioambiental levantadas por Papanek (1971), nos anos 1960 e 1970. Aqui, destaca-se o Design de Transições para a Sustentabilidade, uma abordagem que tem se desenvolvido nos últimos anos, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos. Por isso, e por causa de seu caráter neoliberal, tecno e antropocêntrico (GAZIULUSOY; HOUTBECKERS, 2018), propõe-se a politização e decolonização do Design de Transições por meio de sua associação ao pós-extrativismo e à cosmovisão indígena do Bem Viver, mais apropriadas às necessidades do Sul Global de acordo com Escobar (2017) e Acosta e Brand (2018).

Como parte de uma pesquisa científica de doutoramento em design que trata dessas três temáticas - Design de Transições para Sustentabilidade, pós-extrativismo e Bem Viver -, e parte de uma pesquisa de mestrado que trata a questão do ativismo em design, este artigo relata a experiência de condução de um projeto de aprendizagem que aliou as referidas temáticas ao ativismo explorando as diferentes possibilidades de intervenções urbanas para promover a conscientização necessária para um projeto de transições para a sustentabilidade. A análise dos resultados dessa experiência didática visa responder à seguinte questão: como o ativismo em design pode contribuir no processo de transição para uma sociedade do Bem Viver por meio de intervenções urbanas? Para responder essa pergunta, foi realizada aproximação com voluntários do Mutirão do Bem Viver, que foram convidados a ser parceiros no projeto de aprendizagem desenvolvido.

## 2. O DESIGN NA PROMOÇÃO DO BEM VIVER

### 2.1. Design de Transições, decolonização e pós-extrativismo

O Design de Transições para a Sustentabilidade intenciona promover mudanças sistêmicas rumo a cenários futuros mais sustentáveis. Atuando em diferentes níveis, e em equipes transdisciplinares, o Design de Transições envolve tanto o desenvolvimento de visões de longo prazo quanto de soluções de curto e médio prazo (IRWIN, 2015; HOUTBECKERS; GAZIULUSOY, 2019; GAZIULUSOY; HOUTBECKERS, 2018; CESCHIN; GAZIULUSOY, 2016; 2020). Embora se fundamente em teorias de diversas áreas, apresenta relação mais estreita com o campo das Transições para a Sustentabilidade, o que suscita algumas críticas.

Aqui, destaca-se ao uso de abordagens mais apropriadas ao Norte Global, sendo necessário adotar o Design de Transições de maneira crítica, incorporando-lhe as teorias e práticas do Sul Global, pois cada projeto deve ser pensado a partir da realidade local (ESCOBAR, 2017; GAZIULUSOY; HOUTBECKERS, 2018; HOUTBECKERS; GAZIULUSOY, 2019). Isso implica decolonizar o Design de Transições, sendo o termo aqui adotado segundo a distinção presente, por exemplo, na língua francesa (VERGÈS 2020): entende-se decolonização como o movimento contínuo de libertar pensamentos e práticas das heranças ainda vigentes da colonização, enquanto descolonização refere-se ao processo por meio do qual um país ou território deixa de ser, oficialmente, colônia de outro país. Essa distinção é especialmente relevante em países como o Brasil, no qual mesmo dois séculos após a descolonização, o movimento decolonial ainda se faz necessário.

Nesse sentido de decolonização, o design deve considerar a necessidade, no Sul Global, de transições para o pós-extrativismo (ESCOBAR, 2017; ACOSTA; BRAND, 2018). O extrativismo é um modelo de desenvolvimento comum na América Latina que se baseia na superexploração de bens naturais, na expansão das fronteiras de exploração e na exportação de bens primários em larga escala. Alguns exemplos de atividades extrativistas são: extração de gás e

petróleo, mineração, grandes represas hidrelétricas, superexploração pesqueira, monoculturas agrícolas e florestais (SVAMPA, 2019).

O pós-extrativismo propõe a superação desse modelo, levantando a necessidade de alterar os modos de produção e diversificar a base econômica (ACOSTA; BRAND, 2019). A partir do entendimento de que o extrativismo é um resquício do colonialismo e é perpetuado, atualmente, pelo imperialismo, a transição para o pós-extrativismo envolve a decolonização não só de sistemas econômicos e produtivos exportadores de natureza, como do próprio imaginário, uma vez que se opõe aos paradigmas de desenvolvimento e progresso. Essas características aproximam o pós-extrativismo do Bem Viver.

## 2.2. A proposta de uma Sociedade do Bem Viver

A proposição do Bem Viver como horizonte para um Design de Transições decolonial já foi colocada por autores como Gaziulusoy e Houtbecker, (2018) e Escobar (2017). O Bem Viver é uma cosmovisão cuja origem é creditada às populações indígenas dos Andes, sobretudo do Equador e da Bolívia, a partir de onde se espalhou nos últimos anos. Por encontrar correlatos na cultura de povos tradicionais ou originários de todo o mundo. Apresentando-se de maneiras diferentes em cada cultura, Acosta (2016) afirma que é possível falar em bons conviveres. Essa expressão ressalta a pluralidade, diversidade e multipolaridade do Bem Viver, além de um simples conceito, trata-se de um modo de ver a vida e a relação dos seres humanos com o todo: entre si, com a comunidade, com os demais seres vivos e a natureza. Isso destaca dois pontos essenciais do Bem Viver: a importância da vida em comunidade e sua visão sociobiocêntrica que se manifesta também na luta por justiça ambiental e social (ACOSTA, 2016; SÓLON, 2019).

Alguns autores (e.g., ESCOBAR, 2017. ACOSTA, 2016; SÓLON, 2019) ressaltam ser o Bem Viver uma alternativa civilizatória ao paradigma de desenvolvimento, entendido como um elemento imperialista que determina expectativas modernas do que seria o modo ideal de se viver e pensar que levam à padronização. O Bem Viver, pelo contrário, valoriza a diferença e propõe a combinação de saberes e práticas tradicionais e da contemporaneidade, sem hierarquizá-los e sem perder de vista perspectivas futuras. Esse é um dos grandes desafios: introduzir o Bem Viver nos meios urbanos (ACOSTA, 2016), sobretudo nas metrópoles.

No Brasil, destaca-se a atuação de um coletivo, denominado Sociedade do Bem Viver, que visa “acabar com a exploração, com todas as opressões e com a destruição da natureza para construir uma Sociedade do Bem Viver”. Desde 2018, o coletivo organiza mutirões em territórios no Distrito Federal e em Santa Catarina, para colaborativamente, atender suas necessidades, fortalecer comunidades agroecológicas e promover enraizamento nesses territórios. Com o advento da pandemia de COVID-19, o coletivo passou a se concentrar na compra de alimentos agroecológicos de pequenos produtores e distribuí-los em territórios e comunidades em situação de vulnerabilidade. Essa ação, nomeada “Mutirão do Bem Viver em resposta à pandemia”, logo se expandiu para todas as regiões do país, Apesar de ter se tornado uma iniciativa nacional, o Mutirão hoje apresenta articulações estaduais e locais responsáveis por planejar suas atividades de acordo com as necessidades das comunidades e territórios atendidos.

Por meio de *crowdfunding* (financiamento coletivo), o Mutirão arrecada doações financeiras para comprar alimentos que compõem as cestas a serem doadas, de modo a apoiar produtores agroecológicos, que enfrentaram dificuldade para escoar sua produção, e garantir a segurança alimentar de populações mais afetadas pela crise sanitária e econômica. Essa foi a primeira fase do Mutirão: de enraizamento nos territórios. O coletivo, contudo, pretende desenvolver trabalho de longo prazo nesses locais para criar Comunidades do Bem Viver. Um primeiro passo dessa segunda fase, que ainda estava sendo planejada quando da realização da pesquisa, seria a criação de hortas e cozinhas comunitárias.

Ao longo dos meses de atuação, o Mutirão tem atraído dezenas de voluntários ao redor do país para exercer diversas atividades: prospecção de doações, contato com os agricultores, distribuição das cestas e enraizamento nos territórios,

treinamento de novos voluntários, criação de conteúdo de divulgação e conscientização para redes sociais. Neste último caso, o Mutirão tem apresentado oportunidade para que designers voluntários estabeleçam outras conexões e assumam novos papéis de atuação, gerando resultados sociais e políticos. Contudo, o principal meio de comunicação do Mutirão tem sido as redes sociais, explorando apenas pontualmente (e em poucas localidades do país) as possibilidades do mundo concreto e as formas de fazer ativismo por meios de design, como as intervenções no espaço urbano por meio de uma abordagem crítica e politizada.

### 2.3. Design, ativismo e intervenções urbanas

Com base no pensamento crítico de Papanek (1971) e na afirmação de que todas as pessoas são designers, propõe-se a reflexão sobre como o ativismo em design pode ser um instrumento para gerar engajamento social, político e crítico a fim de criar oportunidades e favorecer mudanças. De acordo com Jordan (2001), o ativismo atua na defesa de diversos pontos de vista resultantes dos embates por mudanças sociais no presente ou em perspectivas futuras, oferecendo uma perspectiva ampla, radical e revolucionária para as oposições ao sistema vigente e suas injustiças ambientais e sociais.

O ativismo em design é caracterizado por um conjunto de teorias e práticas voltadas à elaboração de projetos focados em questões sociais e políticas. Apresenta uma abordagem contemporânea do design, baseada no pensamento crítico, transdisciplinar e, sobretudo, politizado, com um olhar às pessoas marginalizadas pelo sistema e aos impactos sociais e ambientais da produção e do consumo (JORDAN, 2001; PAPANEK, 1971; MOURA, 2014).

Fuad-Luke (2009) situa o ativismo em design junto ao conceito de contra narrativa, que sugere uma outra forma de atuação, articulação e posicionamento, diferente da narrativa principal, aceita coletivamente. Assim, o ativismo exprime outras possibilidades com objetivo de mudar e transformar a ordem social, institucional, ambiental e econômica. Conectados às exigências da sociedade contemporânea, os designers assumem novos papéis, atuando como agentes de transformação de paradigmas, inseridos em locais estratégicos de mudança e consciência para facilitar a transição de padrões e comportamentos rumo a interações mais positivas entre sociedade e meio ambiente (FUAD-LUKE, 2009; MOURA, 2014).

Markussen (2013) ressalta que a intensificação do ativismo em design tem por função sua politização, e coloca o design como um elemento articulador entre objetos, sistemas e ações que materializam a participação social, propiciando e facilitando o engajamento performático da vida pública conectado às questões que operam no cotidiano. O autor também relaciona o ativismo em design com conceitos da sociologia e da teoria política, como as noções de democracia, espaço público e participação. Segundo ele, o ativismo em design difere dos atos políticos, pois “empresta seu poder de resistência por ser precisamente uma forma projetada de intervir na vida das pessoas.” (MARKUSSEN, 2013, p. 38, tradução nossa).

Dessa forma, outras oportunidades surgem, como por exemplo o recorte voltado às intervenções urbanas e ao (re)design dos espaços públicos, unindo conceitos e ações a fim construir formas alternativas de participação nesses espaços que, aponta Corrêa (1989), são produtos sociais resultantes de processos de acumulação feitos através do tempo, por circunstâncias criadas pelos sujeitos que produzem e consomem esses espaços. O designer, como produtor e planejador, tem nesses locais públicos um ambiente complexo para articular outras formas de se fazer design, englobando questões pertinentes ao tempo presente, influenciado por um senso de justiça e cidadania.

Nesse sentido, pode-se debater a necessidade de reconstruir a ideia do que é design, integrando outras dimensões e esferas do saber em uma perspectiva transdisciplinar. Para tal, é necessário que seja possível pensar num outro design. Como declara Escobar (2017), é preciso destruir a ideia vigente de design e, então, reconstruí-la para que atenda às urgências contemporâneas relacionadas às transições sistêmicas e decolonização. Essa tarefa é complexa e ultrapassa o escopo deste artigo, mas cabem algumas ponderações.

No exercício de ampliar a epistemologia do design, Escobar (2017) defende a ideia de que a práxis educacional, em suas abordagens e ferramentas, precisa ser reformada. No caso do Design de Transições e da proposta apresentada neste artigo, a epistemologia do design deve ser reorientada para incluir questões como decolonização, Bem Viver, pós-extrativismo e - por que não? - ecofeminismo (Ibidem; HOUTBECKERS; GAZIULUSOY, 2019). Além de ampliar a epistemologia do design, é necessário dar especial atenção ao ensino dessa área, de modo a formar designers cidadãos e com consciência sociopolítica (MCCOY, 2018) aptos a atuar de acordo com as diferentes possibilidades que o design contemporâneo apresenta, dentre elas o Design de Transições e o ativismo de design, para intervir na realidade e transformá-la.

### 3. MÉTODO

Para investigar como o ativismo de design pode contribuir no processo de transição para uma sociedade do Bem Viver por meio de intervenções urbanas, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa exploratória. O método adotado foi a *Design Based Research* (DBR), que se fundamenta no paradigma da design science com foco na área de ensino. Utilizou-se como referência metodológica o *Design-Based Research in Innovative Education Framework* (DBRIEF), proposto por Dix (2007), que apresenta cinco fases, adaptadas como demonstra quadro a seguir: o Quadro 1. O relato aqui apresentado diz respeito a um projeto de aprendizagem implementado junto a estudantes de uma disciplina de projeto ofertada para o terceiro ano do Bacharelado em Design Gráfico, da UNESP - Universidade Estadual Paulista Foram adotadas as seguintes estratégias didáticas: aprendizagem ativa, ensino por projeto e problematização.

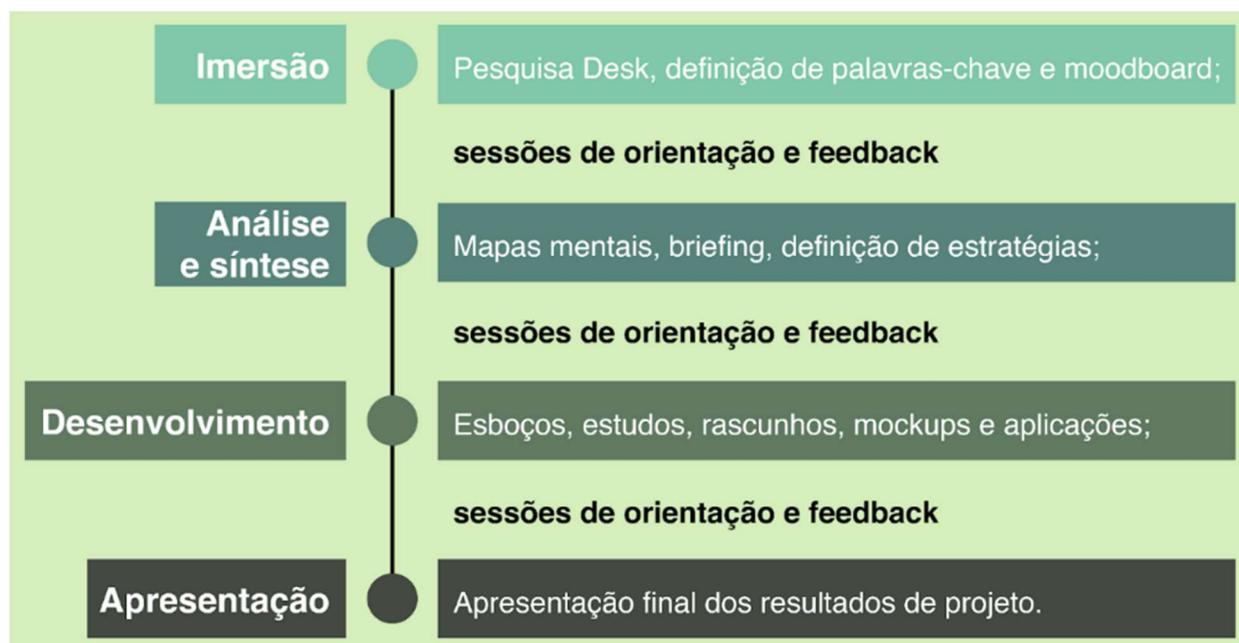
Fases da <i>Design Based Research</i>	Atividades realizadas
1 - EXPLORAÇÃO FUNDAMENTADA: problematização e revisão da literatura.	Revisão de publicações sobre Design de Transições para a Sustentabilidade, design decolonial, pós-extrativismo, Bem Viver, ativismo de design e intervenções urbanas (resultados sintetizados na seção anterior). Aproximação com o Mutirão do Bem Viver
2 - PRENÚNCIO: identificação do contexto da implementação do projeto, caracterização dos relacionamentos entre os participantes e definição das diretrizes e bases conceituais para o desenvolvimento.	Planejamento do projeto de aprendizagem proposto. Apresentação da proposta ao Mutirão do Bem Viver e à coordenação do curso de Design da UNESP. Preparação dos materiais e procedimentos didáticos (considerando as necessidades do ensino remoto devido à pandemia de COVID-19).
3 - PROCESSAMENTO: implementação do projeto, com avaliação em um processo iterativo.	Condução da disciplina e implementação do projeto de aprendizagem. Sessões semanais de orientação e avaliação preliminar. Realização de ajustes nos procedimentos didáticos sempre que necessário.
4 - PRODUTO análise dos dados coletados.	Apresentação dos resultados dos estudantes e avaliação por três docentes e uma voluntária do Mutirão do Bem Viver.
5 - AVALIAÇÃO ESTENDIDA: apresentação de como os objetivos foram atendidos e reflexão sobre como a Redação de relatório final (e deste artigo). pesquisa realizada pode promover o avanço da teoria.	

**Quadro 1:** Fases metodológicas e atividades realizadas FONTE: Elaborados pelos autores.

Durante as duas primeiras fases metodológicas, ocorreu a aproximação de uma das docentes e autoras deste artigo com as atividades e voluntários do Mutirão do Bem Viver. A proposta do projeto de aprendizagem foi apresentada durante uma reunião da regional de São Paulo, que aceitou participar e destacou duas voluntárias para apoiar o projeto no que fosse necessário: uma delas era da equipe de logística, tendo mais contato com os territórios atendidos, enquanto outra era designer por formação e artista de rua com experiência em intervenções urbanas.

Devido à pandemia, a disciplina foi realizada na modalidade online, com uso de ferramenta de videoconferência e plataforma de gerenciamento de conteúdo didático. Nesta, foram disponibilizados materiais sobre projeto, ativismo de design, design decolonial e Bem Viver. No início da disciplina, os alunos tiveram uma roda de conversa com as duas voluntárias do Mutirão do Bem Viver, na qual elas responderam perguntas previamente enviadas pelos alunos e outras dúvidas que surgiram durante a conversa. Depois, foram realizados atendimentos semanais para acompanhar os projetos.

Após um período inicial dedicado à imersão dos alunos nas temáticas relacionadas ao projeto, pediu-se para que desenvolvessem um cartaz para representar a sua visão de uma sociedade do Bem Viver. A partir desse cenário futuro, os alunos passaram a trabalhar no projeto de intervenções propriamente dito. Eles tiveram liberdade para selecionar o público (e.g., crianças) e a cidade à qual se destinaria seu trabalho, desde que fosse do estado de São Paulo. Também ficaram livres para selecionar uma temática mais específica, alinhada ao Bem Viver, e decidir com qual tipo de intervenção urbana trabalhariam, devendo apresentar no mínimo duas propostas, sendo uma delas obrigatoriamente gráfica. O processo projetual foi orientado pela docente responsável pela disciplina e acompanhado por parte dos autores deste artigo. Como o processo não é objeto da análise aqui proposta, não será detalhado, mas é representado na Figura 1.



**Figura 1:** Processo projetual. FONTE: Elaborados pelos autores.

A unidade de análise compreende as intervenções criadas, analisadas a partir dos arquivos de projeto (arte final, simulação de aplicação e briefing) e dos vídeos das apresentações finais, que contaram com a presença e feedback de umas das voluntárias do Mutirão do Bem Viver. Os resultados são apresentados e discutidos a seguir.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A disciplina teve duração de 10 semanas, ao final das quais os alunos desenvolveram, individualmente ou em duplas, 21 projetos de intervenção urbana, as quais são listadas no Quadro 2. Quase metade deles (n=11) foram destinados para o interior do estado, enquanto nove consideraram a região metropolitana da capital e apenas um endereçou o litoral. Na maioria dos casos, foi visado o público em geral (67%). Por outro lado, três projetos consideraram especificamente o público infantil e dois, respectivamente, público jovem e usuários de transporte público também foram contempladas, em um trabalho, as comunidades periféricas.

Nº Estudantes	Tema (e público, quando houver um mais específico)	Intervenções propostas	Cidade/SP
01 André Luiz de Oliveira Júnior	Agroecologia		
02 Bruno Mael Paulino e Gabriel Elias de Araújo	Combate à fome, soberania alimentar, agroecologia (justiça social)		
03 Caio Carrer	Agronegócio e transporte público		
04 Hanna Abou Ali e Yasmin Mainine	Ecofeminismo - ginecologia natural (público feminino)	GRÁFICA: cartazes ou lambes	
05 Marcelle Pan	Bem Viver - coexistência e reconexão com a natureza		
06 Giovana Coelho	Bem Viver - questão indígena, integração cidade e natureza, vida em comunidade, natureza e alimentação		Bauru
07 Lucas Leal e Felipe Francati	Hortas urbanas e agricultura orgânica / agroecologia	GRÁFICA: Adesivos, cartazes (lambes) e grafiti/pintura	
08 Thiago Fernandes Costa e Silva	Ubuntu	GRÁFICA: outdoor e adesivo	
09 Laura Magrin	Bem Viver e multiculturalidade	GRÁFICA: empena e painel de leitura	
10 Rômulo José Bin	Hortas urbanas comunitárias	GRÁFICA: cartazes e placas	
11 Kethelly Lígia de Oliveira	Arborização urbana	GRÁFICA: adesivos e cartazes	Piraju
12 Yumi Suzuki, Mariana Azevedo Luiz, Gabriela Regina Luz de Souza e Juliana Faganello	Consumo / <i>greenwashing</i>	GRÁFICA: estêncil, outdoor, cartaz, empena e painel	
13 Guilherme Laurente	Ocupação de espaços públicos negligenciados e conexão social	GRÁFICA: estêncil; INSTALAÇÃO	
14 José Olívio Juliatti	Conexão entre meio urbano e natureza	GRÁFICA :cartazes INSTALAÇÃO	
15 Karen Ossugui	Hortas caseiras e transporte público (público materno e infantil)	GRÁFICA: cartazes, placa, infográfico e folder; INSTALAÇÃO	São Paulo
16 Isabelle Lisboa	Multiculturalidade, diversidade racial	GRÁFICA: cartaz, posts, outdoor e painel de leitura; EVENTO	
17 Vitória Maria de Menezes	Meio ambiente na favela/justiça ambiental e social (público: jovens de comunidades periféricas)	GRÁFICA: capa de material didático, cartaz (lambe), placa; EVENTO	
18 Julia Sobral	Hortas urbanas comunitárias	GRÁFICA: cartazes, painel de leitura e aplicativo (e mapas); APLICATIVO	
19 Letícia Mestre	Bem Viver- contato com a natureza e com o outro / diversidade ética e cultural (público infantil)	GRÁFICA: adesivos, painel de leitura, cartazes, posts e cartões; EVENTO	São Bernardo do Campo
20 Vitor Augusto	Multiculturalidade/valorização cultural conexão com a natureza, ocupação de espaços públicos	GRÁFICA: post, banner e cartaz; E EVENTO; INSTALAÇÃO	Ilha Solteira
21 Thais Camargo	Hortas urbanas (público infantil)	GRÁFICA: adesivos e envelopes; DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES	Bauru

**Quadro 2:** Lista das propostas de intervenções urbanas dos estudantes. FONTE: Elaborados pelos autores.

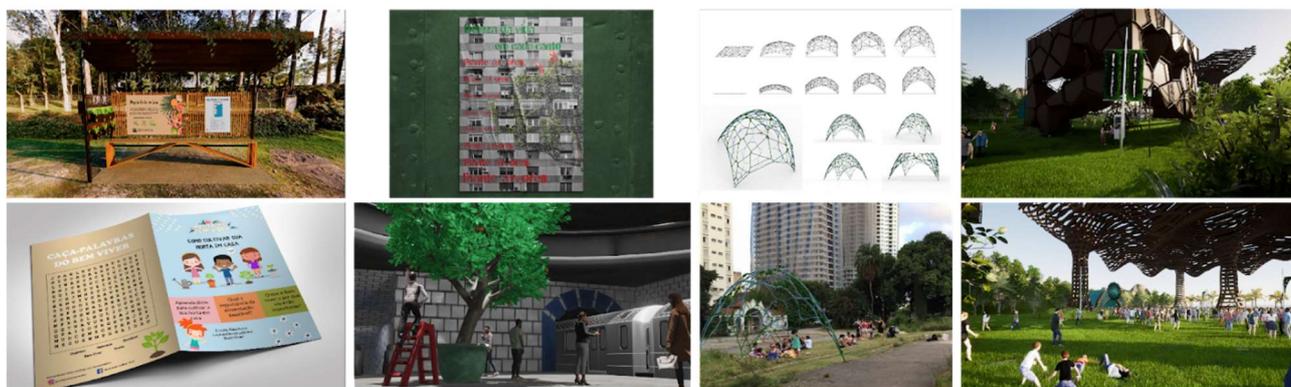
A maioria dos projetos (57%) concentrou-se em soluções de design gráfico, mas houve também algumas propostas de instalações urbanas (n = 4) e de eventos culturais ou educacionais (n = 4). Ressalta-se também uma ideia de aplicativo

para dar visibilidade às hortas urbanas comunitárias, permitindo sua divulgação e localização para que sejam integradas no cotidiano das pessoas. Com relação às peças gráficas, a maior parte dos projetos (76%) envolveu a criação de cartazes ou lambes, sendo que, em sete casos, este foi o único tipo de intervenção proposta. Outras peças desenvolvidas foram: estêncil, adesivos, outdoor, empena, banner, placas e painel de leitura. Também foram desenvolvidas artes para serem utilizadas em redes sociais e materiais físicos de apoio às ações propostas, como envelopes e cartões para distribuição de sementes e capa para material a ser utilizado em um evento educacional. Na Figura 2, é destacada a única proposta que explorou as possibilidades do graffiti para promover interação gráfica com o meio urbano de maneira lúdica.



**Figura 2:** Proposta de graffiti em uma praça da cidade de Bauru. FONTE: Lucas Leal & Felipe Francati.

Dentre as temáticas, houve predomínio do incentivo à agroecologia e às hortas urbanas comunitárias ( $n = 8$ ), o que se relaciona com a temática mais específica da integração entre o meio urbano e a natureza ( $n = 5$ ). No primeiro caso, os projetos se alinham a um cenário de transição para o pós-extrativismo, no qual a monocultura e os cultivos tradicionais que desgastam o solo são paulatinamente substituídos por alternativas de menor escala e impacto socioambiental (ACOSTA; BRAND, 2018). Já as propostas de integrar a natureza ao meio urbano se destacaram por responderem ao desafio observado por Acosta (2016) relativo à introdução do Bem Viver nas cidades. A maior parte dos projetos voltados para essa questão foram os que propuseram instalações urbanas (Figura 3), que contemplam: um abrigo de ônibus verde, com espaço para doação de mudas; inserção de pomares urbanos e pontos de doação de mudas em estações de trem ou metrô; duas estruturas que permitem a ocupação cidadã de espaços públicos para lazer e para a criação de contato com a natureza e a sociedade no entorno.



**Figura 3:** Propostas de instalação e intervenção urbana. FONTE: Karen Ossugui, José Olívio Juliatti e Guilherme Laurente.

Duas alunas criaram cartazes que sintetizam imageticamente aspectos importantes da cosmovisão do Bem Viver, apresentada na seção 2 deste artigo. Servindo como ilustração dos textos de Acosta (2016) e Sólón (2019), retratando a origem indígena do Bem Viver, a multipolaridade e coexistência com outros seres (humanos e não humanos, a (re)conexão com a natureza (e desta com nossa alimentação), a importância da vida em comunidade e de pensar a integração do Bem Viver ao meio urbano (Figura 4).



**Figura 4:** Cartazes com que retratam a cosmovisão do Bem Viver FONTE: Giovana Coelho e Marcelle Pan.

Outros projetos abordaram temáticas mais específicas relacionadas ao Bem Viver, como a pluralidade, multipolaridade e diversidade de culturas ou etnias ( $n = 5$ ), e a luta por justiça ambiental e social ( $n = 2$ ), aspecto pelo qual se destaca não apenas o Bem Viver (ACOSTA, 2016), como o pós-extrativismo (ACOSTA; BRAND, 2018). Cartazes referentes a essa temática são apresentados na Figura 5. Nela, é possível observar a abordagem da questão da fome e da soberania alimentar, tema caro ao Bem Viver e ao pós-extrativismo (ACOSTA, 2016; ACOSTA; BRAND, 2018) também presente em todas as propostas relativas a hortas urbanas comunitárias. Outro trabalho presente na imagem refere-se à proposta de um evento visando desenvolver trabalho de base em comunidade marginalizadas com intuito de discutir questões como justiça ambiental e luta por direitos fundamentais como terra, moradia, saúde pública, alimentação saudável.



**Figura 5:** Cartazes referentes à justiça ambiental e social. FONTE: Bruno Mael Paulino & Gabriel Elias de Araújo e Vitória Maria de Menezes.

Cabe destacar, por fim, a abordagem do ecofeminismo realizada por uma dupla de alunas. Ainda que não seja um tema central ao Bem Viver, o ecofeminismo apresenta sobreposições com este (BARRAGÁN, 2016) e com o pós-extrativismo (SVAMPA, 2019), podendo também ser associado ao Design de Transições (HOUTBECKERS, GAZIULUSOY, 2019). Após retratar graficamente o ecofeminismo em si, as alunas criaram uma série de cartazes sobre ginecologia natural, promovendo conscientização sobre o uso de coletores menstruais, ao invés de absorventes descartáveis, e de ervas medicinais para, por exemplo, combater a cólica menstrual (Figura 6).



**Figura 6:** Cartazes sobre ecofeminismo e ginecologia natural. FONTE Hanna Abou Ali & Yasmin Mainine.

O potencial social e político das criações é grande, representando formas de impactar e conscientizar o público presente nos centros urbanos. Esse potencial é ampliado quando o design passa a se relacionar com outras esferas, em uma abordagem transdisciplinar (MOURA, 2014;). Por meio do projeto de aprendizagem, os alunos tiveram contato com abordagens de outras áreas do conhecimento, como decolonização, Bem Viver, pós-extrativismo e ecofeminismo, as quais foram incorporadas em seu trabalho em um processo de ampliação das epistemologias do design como proposto por Escobar (2017). Como resultado, muitos apresentaram propostas que podem ser caracterizadas como as contranarrativas apontadas por Fuad-Luke (2009), uma vez que desafiam o paradigma dominante, que sustenta o extrativismo impactos socioambientais do agronegócio, assim como as desigualdades sociais e econômicas, a separação entre cultura e natureza, entre urbano e rural.

Empregando as indagações de Markussen (2013), os resultados anunciam formas de participação social que podem ser estabelecidas com a implementação dos projetos, indo além de resultados visuais, gráficos ou físicos (no caso das instalações). As propostas apresentam potencial de fomentar um objetivo que é precedente, de colaboração, solidariedade, cidadania e ética, possibilidades estas que estão além das específicas do design gráfico (área de formação dos alunos participantes da pesquisa,) viabilizando a articulação de designers com projetos sociais colaborativos.

O retorno da voluntária do Mutirão do Bem Viver indica que os resultados, de maneira geral, se adequaram aos objetivos do coletivo por ela representado. A voluntária mostrou-se impressionada com a qualidade dos trabalhos apresentados e, em vários momentos, destacou a originalidade e a pertinência das propostas, que abriam novas possibilidades de atuação para o Mutirão do Bem Viver. Nesse sentido, ela manifestou interesse em estabelecer parceria com alguns dos alunos para concretizar seus projetos por meio do coletivo.

Embora o foco deste artigo sejam os resultados gerados em termos de intervenções urbanas, a experiência didática revelou alguns aspectos que cabem serem apresentados. Um deles diz respeito à recepção dos alunos à apresentação do projeto de aprendizagem. Inicialmente, alguns deles relataram insegurança diante do seu conteúdo sociopolítico, argumentando que a pouca idade (em torno de 20 anos) e experiência cidadã faziam com que não tivessem, ainda, posicionamento político definido. Contudo, grande parte dos alunos envolveu-se rapidamente com o projeto, apresentando desde o início propostas alinhadas com seus interesses ou experiências de vida.

Tanto o receio inicial de alguns alunos, quanto o engajamento de grande parte deles, refletem a associação feita por Markussen (2013) entre politização e ativismo em design. Ademais, a experiência refletiu a proposta de McCoy (2018) de formar designers cidadãos, com consciência sociopolítica alinhada às urgências do tempo contemporâneo, uma vez que alguns alunos, mesmo aqueles mais receosos no início, relataram terem incorporado, em suas vidas, aprendizados provenientes da pesquisa realizada para o projeto e demonstraram dar-lhe continuidade, seja de forma independente ou como parte de suas atividades acadêmicas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados, apresentados e discutido anteriormente, mostraram-se mais do que satisfatórios, apesar das diversas dificuldades enfrentadas ao longo do desenvolvimento do projeto de apresentassem, desde as próprias limitações impostas pela pandemia de COVID-19, motivo pelo qual a disciplina foi conduzida no formato online e de modo condensado, até problemas de saúde (não relacionados à COVID-19) que acometeram a docente responsável pela disciplina. Assim, o processo projetual adotado pelos estudantes não foi tão sistemático quando poderia ter sido em outras condições, o que, contudo, não comprometeu a qualidade dos trabalhos apresentados.

Os resultados da experiência didática sugerem diferentes possibilidades para explorar como o ativismo em design pode contribuir no processo de transição para uma sociedade do Bem Viver por meio de intervenções urbanas. As propostas contemplam desde peças gráficas (lambes, cartazes, murais,) até intervenções complexas, como eventos, ambientação e criação de espaços públicos de interação social e com a natureza no meio urbano. Fundamentam-se não somente na participação cidadã e na luta por justiça social e ambiental, mas também na subjetivação, uma vez que, em muitos casos, a linha entre designer e o sujeito se dissolveu, como apontado por alunos durante o processo de aprendizagem.

A diversidade apresentada pelos projetos contempla um grande leque de oportunidades viabilizadas por meio de uma postura crítica, sociopolítica e ativista. Essa, associada ao Design de Transições e a outras abordagens contempladas neste texto (e.g., Bem Viver, pós-extratativismo, ecofeminismo), amplia a viabilidade de o design atuar na sociedade - e transformá-la. A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, exploradas no projeto de aprendizagem, se mostram abordagens necessárias para discutir e criar outras atuações na área do design.

A parceria estabelecida com o Mutirão do Bem Viver permitiu colocar em perspectiva o projeto de aprendizagem proposto, dando-lhe um direcionamento mais concreto, embora ainda amplo e complexo. Ademais, a interação dos alunos com as voluntárias e seu feedback deram dimensões mais realistas para o projeto e sugeriu seu potencial de implementação e transformação. Embora os resultados não tenham sido colocados à prova no meio urbano e diante de um público mais amplo, apresentam características promissoras para promover a conscientização necessária a um projeto de transições para o pós-extratativismo e o Bem Viver, o qual implica não apenas mudanças radicais nos modelos de produção, como no imaginário social e nos costumes.

Por meio do ativismo, um pensamento crítico e politizado por parte dos designers pode aliá-los às causas deste tempo, como as lutas anticoloniais e anti-imperialistas, por justiça ambiental e social, por igualdade de gênero, dentre outras não abordadas neste artigo. Todas essas causas e lutas podem se somar à teoria e à prática do Design de Transições, direcionando-o rumo ao pós-extratativismo e o Bem Viver. Dessa forma, e por meio do ativismo urbano direcionado à conscientização política dos sujeitos, viabiliza-se a construção não apenas de outras narrativas sociais, mas também de narrativas para o design, criando novas formas de se pensar e se fazer design - um outro design. Investigar as novas composições do design na contemporaneidade é, contudo, uma tarefa que se mantém aberta. Este artigo apenas reflete sobre a necessidade de os designers contemporâneos ampliarem seu repertório e suas possibilidades a fim de promover transformações sistêmicas - e, quem sabe, (re)construir um outro design.

## AGRADECIMENTOS

O presente estudo foi apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES - Processos nº 88887.483780/2020-00 e nº 88887.505838/2020-00). Também recebeu apoio da Universidade Estadual Paulista.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. (Obra completa)
- ACOSTA, A.; BRAND, U. **Pós-extrativismo e decrescimento**: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018.
- BARRAGÁN, M. A. *et al.* Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. *In*: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 88-120
- CESCHIN, F; GAZIULUSOY, I. **Design for sustainability**: a Multi-level Framework from Products to Socio- technical Systems. Londres: Routledge, 2020.
- CESCHIN, F.; GAZIULUSOY, I. Evolution of design for sustainability: From product design to design for system innovations and transitions. **Design Studies**, v. 47, p.118–163, 2016.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.
- DIX, K. L. DBRIEF: A research paradigm for ICT adoption. **International Education Journal**, 8(2), pp.113–124. 2007.
- ESCOBAR, A. Response: Design for/by [and from] the ‘global South.’ **Design Philosophy Papers**, v. 15, n. 1, p. 39–49, 2017.
- FUAD-LUKE, Alastair. **Design activism**: beautiful strangeness for a sustainable world. London: Earthscan, 2009.
- GAZIULUSOY, A. I.; HOUTBECKERS, E. Convergences: Design for Sustainability Transitions and Degrowth. *In*: **International Degrowth Conference**, 6., 2018, Malmö. Disponível em: [https://www.academia.edu/37264925/Convergences\\_Design\\_for\\_Sustainability\\_Transitions\\_and\\_Degrowth](https://www.academia.edu/37264925/Convergences_Design_for_Sustainability_Transitions_and_Degrowth). Acesso em: 09 fev. 2020.
- HOUTBECKERS, E.; GAZIULUSOY, I. Ecofeminist understandings of care and design for sustainability transitions: towards a theoretical framework of work for the degrowth movement. *In*: **Nordes 2019: Who Cares?**, 8., 2019, Espoo, Finland. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0010-4485\(79\)90140-4](https://doi.org/10.1016/0010-4485(79)90140-4). Acesso em: 09 fev. 2020.
- JORDAN, Tim. **Activism! direct action, hacktivism and the future of society**. London: Reaktion Books Ltd, 2001.
- IRWIN, T. Transition design: A proposal for a new area of design practice, study, and research. **Design and Culture**, v. 7, n. 2, ,p. 229–246, 2015.
- MARKUSSEN, Thomas. The disruptive aesthetics of design activism: Enacting design between art and politics. **Design Issues**, v. 29, n. 1, p. 38-50, 2013.
- MCCOY, Katherine. Good citizenship – design as a social and political force. *In*: HELLER, Steven; VIENNE, Véronique (Eds.). **Citizen Designer**: perspectives on design responsibility. 2. ed. New York: Allworth Press, 2018. p. 188-195.
- MOURA, Mônica. **Design Brasileiro Contemporâneo**: Reflexões. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014.
- PAPANEK, V. **Design for the real world**: human ecology and social change. Illinois: Academy Chicago Publishers, 1971.
- SÓLON, P. Bem Viver. *In*: SÓLON, P. (Org.). **Alternativas sistêmicas**: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, 2019. p. 197-217 (Capítulo de livro)
- SOCIEDADE DO BEM VIVER. <https://www.instagram.com/sociedadodobemviver/?hl=pt-br>.
- SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.
- VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: UBU Editora, 2020.